

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE – MMA E O FUNDO
BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE-
FUNBIO, OBJETIVANDO A
IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO
SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA NO
ÂMBITO DO PROGRAMA ÁREAS
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA – ARPA –
Fase II.**

A União, por intermédio do **Ministério do Meio Ambiente**, órgão da Administração Pública Federal Direta, nos termos da Lei nº 10.683/2003 e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007 e suas reedições subsequentes, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375/0001-07, neste ato representado por sua titular, Ministra de Estado do Meio Ambiente, **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Brasília/DF, portadora da Carteira de Identidade nº 457256 SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 279.754.601-68, nomeada pelo Decreto Presidencial de 31 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2010, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, e incisos da Constituição Federal, e sujeitando-se aos termos da Lei 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores, no que couber, em conformidade com o processo 02006.002956/2008-37, doravante simplesmente denominado **MMA**, e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**, organização da sociedade civil de interesse público, doravante denominado **FUNBIO**, CNPJ: 03.537.443/0001-04 com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286 – 5º andar, Botafogo, CEP 22.270-014, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por sua Secretária Geral, **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ** brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da Carteira de Identidade nº M – 750.784, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 317.697.566-04,

CONSIDERANDO que o Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA (Programa ARPA), instituído pelo Decreto Presidencial 4.326, de 08 de agosto de 2002, é um dos programas governamentais que visa a contribuir para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tendo como finalidade expandir e consolidar o sistema de áreas protegidas do bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região, de forma descentralizada e participativa e está entrando em sua Fase II;

CONSIDERANDO que o Programa ARPA, desde sua primeira fase, conta com recursos de doação do Global Environmental Facility – GEF, (através de sua agência implementadora, o Banco Mundial), do Fundo Mundial para a Natureza do Brasil (WWF-Brasil), do Instituto de Crédito para a Reconstrução (Kreditanstalt für Wiederaufbau, Frankfurt am Main-KfW), além da dotação orçamentária da República Federativa do Brasil e do Fundo Amazônia, implementado pelo BNDES (a partir da segunda fase);

CONSIDERANDO que o Programa Arpa, em sua primeira fase, já viabilizou com sucesso: (a) a criação de novas Unidades de Conservação-UCs do bioma Amazônia, tendo não só atingido, mas ultrapassado a meta estabelecida para essa fase, de 18 milhões de hectares, sendo metade em categorias de Proteção Integral-PI e metade de Uso Sustentável-US, sendo esta última categoria subdividida em Reservas Extrativistas-RESEX e Reservas de Desenvolvimento Sustentável-RDS; (b) a consolidação de UCs de Proteção Integral, e de novas UCs criadas; (c) o estabelecimento de um fundo fiduciário (Fundo de Áreas Protegidas -FAP) para o financiamento dos custos recorrentes de UCs de Proteção Integral consolidadas pelo Programa ARPA e de unidades de

1



conservação de Uso Sustentável selecionadas de acordo com o previsto nos documentos oficiais do Programa ARPA e no Manual do Fundo de Áreas Protegidas;

CONSIDERANDO que o Programa Arpa tem como metas para a Fase II apoiar a criação de 13,5 milhões de hectares de novas UCs de proteção integral e uso sustentável, consolidar 32 milhões de hectares de UCs apoiadas na primeira fase, incluindo 6,5 milhões de hectares de UCs ainda não apoiadas pelo Programa, e consolidar 23 milhões de hectares em grau I e 9 milhões de hectares em grau II, bem como capitalizar o Fundo de Áreas Protegidas (FAP) em US\$ 70 milhões (setenta milhões de dólares americanos);

CONSIDERANDO que o FUNBIO é o agente implementador das atividades de: (a) aquisição de bens e contratação de serviços (procurement), conforme preestabelecido nos Planos Operativos Anuais (POAs) das UCs, após aprovação pelo Comitê do Programa, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Programa - MOP e no Manual do Fundo de Áreas Protegidas - FAP; (b) desenvolvimento de estudos e projetos piloto, aprovados pelo Comitê do Programa-CP, com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Programa (Sustentabilidade financeira); (c) administração do fundo fiduciário (FAP) para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo Programa ARPA;

CONSIDERANDO que os parceiros do Programa ARPA escolheram o FUNBIO como agente donatário de seus recursos, firmando os respectivos acordos de doação ainda na primeira Fase do Programa: (i) o Contrato CBR 199-2004 e seus Termos Aditivos celebrados entre WWF-Brasil e FUNBIO, que dotam o FUNBIO com recursos financeiros com o objetivo de viabilizar a contribuição técnica e financeira do WWF-Brasil ao Programa ARPA; (ii) Contrato Gef Trust Fund Grant number TF 051240; (iii) os Contratos celebrados entre o KfW e o FUNBIO, em 12/11/2004 e em 29/05/2008 e em 23/12/2011; e iniciando a Fase II (i) o Contrato de Contribuição Financeira não reembolsável nº 09.2.1432.1, celebrado em 22 de abril de 2010 entre o BNDES e o Funbio, com recursos do Fundo Amazônia; e (ii) Contrato Gef Trust Fund Grant number TF 012073, celebrado em 21 de março de 2012; (iii) Contrato de Contribuição Financeira celebrado entre o KfW e o FUNBIO em 23 de abril de 2012; e (iv) que estão sendo negociados novos contratos para a Fase II a ser celebrados entre o Funbio e financiadores no âmbito do Programa Arpa;

CONSIDERANDO que os partícipes têm pleno conhecimento dos dados, termos e condições constantes do Documento Oficial do Governo Brasileiro, Project Appraisal Document-PAD relativo à Fase II, datado de 19 de janeiro de 2012, Acordos de Doação e demais documentos relacionados ao Programa ARPA, que, por referência e para todos os efeitos, fazem parte integrante deste documento; e, finalmente,

CONSIDERANDO o disposto no item 3.01, do Grant Agreement com Banco Mundial (GEF) de n. TF 012073, para a Fase II do Programa, bem como o disposto no item 2 Seção I, A, Schedule 2 e Seção IV do mesmo acordo de doação,

Resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica para a fase II do Programa Arpa, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto estabelecer a cooperação técnica entre o MMA e o FUNBIO, na continuidade da implementação das atividades do Programa ARPA, com vistas à criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação, no bioma Amazônia, contempladas no SNUC, observando o conjunto de documentos oficiais do Programa ARPA; assim como viabilizar a implementação do Fundo de Áreas Protegidas – FAP.

1



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

Para fins deste Acordo de Cooperação Técnica:

(1) **Convenção sobre Diversidade Biológica** – é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 5 de junho de 1992, e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993.

(2) **Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA**, é um programa decenal brasileiro, com início em 2002 e encerramento em 2018, previsto para ser executado em três (03) fases, que tem por finalidade expandir e consolidar um sistema de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

(3) **Documento Oficial do Governo Brasileiro sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - (ARPA)** é a descrição detalhada de todo o Programa, contendo os objetivos, metas, metodologias e resultados, realizado em abril de 2010.

(4) **Project Appraisal Document - PAD** é o documento interno do Banco Mundial, administrador dos recursos doados pelo Global Environmental Facility (GEF), "Report nº 66846-BR, de 27 de janeiro de 2012", relativo ao Programa ARPA, contendo os objetivos, metas, metodologias e refletindo os resultados das negociações entre todos os parceiros, governo e FUNBIO, dando base para a elaboração dos contratos.

(5) **Documentos Oficiais do Programa ARPA** é o conjunto de documentos que regem todo o Programa ARPA.

(6) **Grant Agreement** é o contrato, sob o nº TF TF012073 de 21.03.2012, mediante o qual o Banco Mundial, na condição de administrador dos recursos do Global Environmental Facility (GEF), doa recursos num montante equivalente a 15,890,000.00 (quinze milhões, oitocentos e noventa mil) de dólares ao FUNBIO, para que este atenda as demandas de bens e serviços que lhes foram apresentadas pelas agências executoras, com a finalidade de implementar o Programa ARPA.

(7) **Manual Operacional (MOP) do Programa ARPA** é o instrumento que tem por objetivo orientar as atividades e procedimentos do Programa, a serem desenvolvidos por todos os parceiros.

(8) **Comitê do Programa - CP** é a instância deliberativa colegiada, presidida pelo MMA/SECEX com suas atribuições definidas no Decreto nº 4 326, de 08 de agosto de 2002 e Portaria nº 408, de 16 de agosto de 2002, composto de representantes qualificados, sendo responsável por estabelecer a política e estratégia de ação para a implementação do Programa, inclusive indicar os membros que compõem o Painel Científico de Aconselhamento.

(9) **Unidade de Coordenação do Programa - UCP** é a instância executiva instituída na Secretaria de Biodiversidade e Florestas no Departamento de Áreas Protegidas, com a tarefa de criar um vínculo entre o Comitê de Programa e os diversos executores. A UCP será responsável por dar suporte, executar, e supervisionar os diferentes componentes; por monitorar as atividades do Projeto; por oferecer orientação aos executores do projeto sobre os procedimentos técnicos; por formular e sistematizar os documentos para análise e aprovação pelo Comitê de Programa; por receber os POAs; por consolidar os relatórios de execução física e financeira de todos os executores, e por preparar o POA consolidado para o Projeto e o relatório geral de progresso, a ser considerado pelo Comitê de Programa e analisado pelo doador. A UCP também atua como a secretaria executiva do Comitê de Programa (CP).

+



(10) Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF- instância de coordenação estratégica do Programa, é órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente de assistência imediata ao Ministro de Estado, nos termos do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, responsável pela coordenação executiva do Projeto por meio do DAP, abrigando e supervisionando as funções da Unidade de Coordenação do Programa, pela coordenação estratégica e institucional do Programa e pela coordenação do desenvolvimento do Componente 3 do Programa, o FAP;

(11) Departamento de Áreas Protegidas - DAP – instância de coordenação do Programa, subdivisão departamental da Secretaria de Biodiversidade e Florestas cuja competência de atuação está determinada no art. 21 do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007 e é responsável pela coordenação executiva do Programa abrigando e supervisionando as funções da Unidade de Coordenação do Programa e sua coordenação institucional e estratégica;

(12) Painel Científico de Aconselhamento do Programa - PCA é uma instância consultiva, constituída por cientistas, indicados pelo Comitê do Programa, de universidades, instituições de pesquisa, governo e ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas unidades de conservação, recomendar o aprimoramento na metodologia de seleção de áreas e dar qualidade técnico-científica aos procedimentos para criação e implantação de novas áreas protegidas.

(13) Plano Operativo Anual - POA é o documento detalhado contendo metas, atividades e cronogramas detalhados para execução do Programa ARPA.

(14) Fundo de Áreas Protegidas para o Programa ARPA - FAP é o fundo de capitalização permanente constituído sob a forma de um endowment, que é administrado pelo FUNBIO, com o objetivo de cobrir despesas de custos recorrentes para a manutenção em longo prazo de unidades de conservação de proteção integral consolidadas pelo Programa ARPA e de unidades de conservação de uso sustentável selecionadas, de acordo com o previsto nos documentos oficiais do Programa ARPA e no Manual do Fundo de Áreas Protegidas.

(15) Manual do Fundo de Áreas Protegidas - FAP é o documento que estabelece os procedimentos e orienta as operações do FAP, sendo parte integrante do MOP.

(16) Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto na Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.

(17) Unidade de Conservação - UC, é definida pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, nº 9.985/2000, Capítulo I, Art. 2º, Inciso I, como o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

(18) Plano de Manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem orientar o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

(19) Termo de Doação é o documento legal mediante o qual, de acordo com este Acordo, o FUNBIO repassará ao MMA os bens adquiridos para cada unidade de conservação.

(20) Fórum Técnico instância consultiva do arranjo institucional do Programa é fórum de

1



discussão semestral, com a atribuição de acompanhar e monitorar os avanços das Unidades de Conservação e componentes do Programa em relação às metas estabelecidas pelo Comitê de Programa e sua execução físico-financeira relativa; avaliar e propor ajustes de procedimentos operacionais do Programa e seus documentos de base; e, apresentar propostas ao Comitê de Programa quanto à metodologias técnicas e serem utilizadas na sua execução, podendo ser convocado quando necessário. É composto de representantes qualificados do Funbio, ICMBio, órgãos ambientais estaduais e Unidade de Coordenação do Programa (UCP), sendo presidido pelo MMA, que é o responsável pela supervisão e monitoramento do progresso do Projeto;

(21) SECEX –Secretaria Executiva do MMA é responsável pela Coordenação Geral Institucional para a implementação do Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

I - Compete ao MMA:

a) coordenar, por meio da UCP, a execução do Programa ARPA, de modo a garantir a expansão e a consolidação de áreas protegidas no bioma Amazônia, assegurando a conservação da biodiversidade na região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa;

b) promover a criação, no período de execução da segunda fase do Programa, de 13,5 milhões de hectares de áreas protegidas em Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável na Amazônia, na forma da legislação aplicável;

c) promover a criação, implementação e consolidação de unidades de conservação de proteção integral, bem como a criação de UCs de uso sustentável, garantindo-lhes proteção ambiental;

d) aportar recursos financeiros necessários para a implementação do Programa no âmbito governamental, disponibilizados através dos orçamentos anuais da União, sem que haja transferência de tais recursos para o Funbio;

e) manter, financiar e presidir durante todo o período de existência do Programa a instância deliberativa do Programa: o Comitê do Programa – CP ARPA, cujas atribuições são elencadas no Manual Operacional do Programa, Capítulo 1, item 1.5;

f) manter a instância de articulação institucional do Programa ARPA;

g) manter em operação a Unidade de Coordenação de Projeto – UCP, durante todo o período de existência do Programa para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA, com a responsabilidade de atuar como secretaria executiva do Comitê do Programa – CP ARPA, com estrutura adequada às provisões do Manual Operacional e compromissada com a execução do Programa, composta de equipe qualificada e em número suficiente para a execução do mesmo;

h) manter durante todo o período de existência do Programa a SECEX como responsável pela Coordenação Geral Institucional para a implementação do Programa e presidência do Comitê do Programa;

i) operar e manter durante toda a existência do Programa a Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF, responsável pela coordenação executiva do Programa por meio da DAP, abrigando e supervisionando as funções da Unidade de Coordenação do Programa, pela coordenação estratégica e institucional do Programa e pela coordenação do desenvolvimento do Componente 3 do Programa, o FAP;

L.



j) promover a criação do Painel Científico de Aconselhamento do Programa – PCA estabelecendo no Ato Administrativo de sua criação, as ocasiões e formas de sua convocação bem como sua composição a ser indicada pelo Comitê de Programa e forma de atuação;

k) cumprir as obrigações previstas como de responsabilidades do MMA no Grant Agreement nº TF 012073, e no Contrato celebrado entre o BNDES e FUNBIO, no âmbito do “Fundo Amazônia”, nº 09.2.1432.1, em 22/04/2010, que dotam o FUNBIO de recursos financeiros para apoiar os órgãos gestores de unidades de conservação na criação e a consolidação das Unidades de Conservação previstas no Programa Arpa e ações apoio visando a sustentabilidade das mesmas; bem como nos Contratos de Contribuição Financeira celebrados entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e FUNBIO, em 29 de maio de 2008 e 23 de dezembro de 2011 para o FAP e respectivo Acordo em separado, de 23 de dezembro de 2011 e Contrato de Contribuição Financeira celebrado entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e FUNBIO, em 21 de abril de 2012, bem como nos contratos que estão sendo negociados, com a participação do MMA, a serem celebrados entre o FUNBIO e outros financiadores do Programa Arpa;

l) garantir a vinculação dos bens adquiridos e serviços contratados aos propósitos definidos nos POAs do Programa ARPA, e realizar os procedimentos relativos aos bens constantes do item III desta Cláusula Terceira, adiante.

II - Compete ao FUNBIO:

a) implementar o subcomponente 3.2 e realizar a coordenação técnica em conjunto com o DAP/SBF e o ICMBio, realizando ou apoiando a realização de estudos e a implementação de alternativas adicionais e inovadoras de geração de receita para as Unidades de Conservação;

b) desenvolver em conjunto com o MMA, Projetos-Pilotos, decorrentes dos resultados alcançados nos estudos, com a finalidade de colocar em prática e exeqüibilidade de esquemas tentativos de sustentabilidade financeira de longo prazo das UCs contempladas no Programa ARPA;

c) adquirir, em seu nome, com os recursos dos doadores e dos rendimentos do FAP, e doar ao MMA, mediante Termo de Doação, os bens necessários para a implementação dos POAs, previamente definidos e aprovados pelo CP, conforme as regras definidas nos contratos de doação e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Programa ARPA;

d) apoiar a implementação, com os recursos dos doadores e dos rendimentos do FAP, os gastos previamente definidos nos POAs, em conformidade com o estabelecido nos seus cronogramas de desembolso, e aprovados pelo CP, e conforme as regras definidas nos contratos de doação e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos nos manuais operativos do Programa ARPA;

e) gerir o FAP, para o Programa ARPA, com vistas a garantir a manutenção e sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação contempladas no Programa ARPA, previstas nos documentos do Programa e no PAD;

f) implementar as decisões do Comitê do Programa-CP, salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, regimento interno, ou seu modus operandi;

g) adotar os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA (MOP);

h) apresentar ao MMA os relatórios financeiros e de auditorias realizados;

fr



fr

i) apresentar ao MMA, sempre que solicitado, informações relativas à execução de suas tarefas concernentes ao Programa ARPA;

j) adotar Manual Operativo do FAP onde estarão expressas as normas de gestão de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade financeira das UCs, selecionadas pelo Programa ARPA.

Parágrafo Primeiro - O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento.

Parágrafo Segundo - O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer órgão ou entidade executora do Programa ARPA.

Parágrafo Terceiro - Os bens a que se refere a alínea "c" do inciso II serão doados ao MMA mediante a assinatura de Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio do MMA.

III – Compete ao MMA , no que concerne à propriedade e utilização dos bens doados a ele pelo FUNBIO em função do Programa ARPA:

a) O MMA deverá utilizar os bens doados única e exclusivamente na execução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, sendo vedada a sua alienação, bem como utilização para qualquer outro fim, enquanto durar o Programa.

b) O MMA deverá registrar em seu patrimônio os bens doados e informar ao FUNBIO, no prazo de trinta dias a contar da entrega dos mesmos, os números de patrimônio de cada bem.

c) O MMA deverá afixar, nos bens objeto da presente doação, placas ou adesivos, conforme o caso, em local de fácil visualização, contendo a logomarca do Programa ARPA e os seguintes dizeres: "Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA".

d) O MMA responsabilizar-se-á pelo perecimento ou deterioração natural dos bens doados, a partir do momento do seu recebimento, ainda que o fato tenha advindo de caso fortuito ou de força maior. Em nenhuma circunstância o FUNBIO ficará obrigado a restituir os referidos bens ou indenizar o MMA.

e) O não cumprimento por parte do MMA de quaisquer das condições relativas à doação dos bens irá determinar a imediata devolução dos bens ao FUNBIO, no mesmo estado de conservação em que se encontravam no momento da doação, sem prejuízo de indenização por eventuais perdas e danos.

f) O MMA sempre que solicitado pelo FUNBIO deverá demonstrar o cumprimento das condições relativas à doação dos bens.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre os partícipes.



CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Instrumento vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou, ainda, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos, e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento, são atribuídas às partes, durante a vigência do presente instrumento, sendo permitida ao MMA e ao Funbio, mediante o consentimento prévio do MMA, a sua utilização e divulgação total ou parcial, observado o estabelecido nos parágrafos Quinto e Sexto desta cláusula.

Parágrafo Primeiro – A propriedade da marca e da logomarca do Programa ARPA, fica, durante o prazo de vigência do Acordo, atribuída ao Funbio.

Parágrafo Segundo – O Funbio se compromete a solicitar o depósito e providenciar o registro da marca e logomarca em seu nome perante o INPI.

Parágrafo Terceiro – O Funbio autoriza o MMA e os executores do Programa Arpa a utilizar a marca na identificação de sua participação no Programa.

Parágrafo Quarto – O Funbio reverterá ao Programa Arpa, preferencialmente para o Fundo de Áreas Protegidas-FAP, os recursos advindos com a exploração da propriedade material da marca e da logomarca do Programa ARPA, inclusive os advindos de eventuais licenciamentos para o uso da mesma.

Parágrafo Quinto - Os licenciamentos da marca, a comercialização dos resultados técnicos e de toda e qualquer inovação tecnológica decorrentes do presente instrumento pelo o Funbio, estarão condicionados à concordância do MMA.

Parágrafo Sexto - O Funbio transferirá a propriedade da marca e da logomarca do Programa Arpa e dos resultados técnicos, e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento, ao Ministério do Meio Ambiente ao final deste Acordo.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Único – A divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento deverá sempre constar a logomarca do Programa, bem como a de todos os partícipes, conforme o Manual de Aplicação da Marca do Programa ARPA.



CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Fica designado o Comitê do Programa, para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhe assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabíveis, nos termos de sua competência definida pelo Decreto 4.326, de 08 de agosto de 2002, e de sua instituição pela Portaria MMA 408, de 16 de agosto de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo primeiro do art. 61, da Lei no 8.666, de 1993, aplicável à administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.

- 1) Decreto Presidencial no 4.326, de 08 de agosto de 2002, que cria o Programa ARPA
- 2) Documento Oficial do Governo Brasileiro sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA,
- 3) Project Appraisal Document - PAD, do Banco Mundial, "Report nº 23756, de 18 de julho de 2002", sendo o documento oficial do Programa ARPA para os seus doadores;
- 4) Portaria MMA n. 408, de 16 de agosto de 2002, que regulamenta o Comitê do Programa ARPA;
- 5) Grant Agreement n. TF012073 do Banco Mundial (GEF) e FUNBIO;
- 6) Acordo de Cooperação Técnica MMA/ARPA, celebrado entre a União, por intermédio do MMA, e o FUNBIO, celebrado em 10/07/2008, e publicado no D.O.U, em 11/07/2008;
- 7) Acordo de Cooperação Técnica 004/2008, no âmbito do Programa ARPA, entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e o FUNBIO, com a interveniência da União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, celebrado em 16 de julho de 2008 e publicado no DOU, em 17 de julho de 2008;
- 8) Contrato de Contribuição Financeira celebrado entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e FUNBIO, em 29 de maio de 2008 e em 23 de dezembro de 2011 para o FAP;
- 9) Contrato de Contribuição Financeira celebrado entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e FUNBIO, em 28 de março de 2012
- 10) Acordo em separado, de 23 de dezembro de 2011, pertinente aos Contratos de Contribuição Financeira de 29 de maio de 2008 e de 23 de dezembro de 2011 entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e o FUNBIO;
- 11) Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não-reembolsável nº 09.2.1432.1 celebrado entre o BNDES e o Funbio em 22/04/2010;

X



12) Contratos de doação ou de colaboração financeira não reembolsáveis que venham a ser celebrados entre o financiador e o Funbio, no âmbito do Programa Arpa;

13) Manual Operativo do Programa (MOP);

14) Manual Operativo do Fundo de Áreas Protegidas (FAP);

15) Estatuto do FUNBIO; e

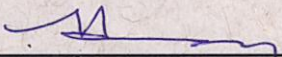
16) Regimento Interno do FUNBIO.

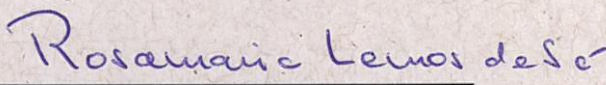
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir litígios oriundos deste Instrumento, que por ventura não tenham sido resolvidos administrativamente.

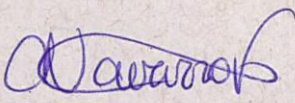
E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em três vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

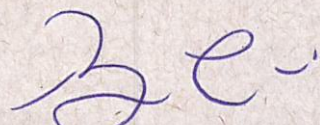
Brasília, 29 de maio de 2012.


IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA
Ministra do Estado do Meio Ambiente


ROSA MARIA LEMOS DE SÁ
Secretária Geral do FUNBIO

TESTEMUNHAS:


Nome: Emma L. Cavale Navarro Vasquez
CPF: 763.180.261-87
RG: 2.636.370


Nome: Bruno Mariane
CPF: 387.786.707-30
RG: 040717589 IEP/RJ

